

Um novo acordo com o Fundo? Isto fica para o próximo ano.

O FMI só deve esperar um acordo com o Brasil para o ano de 1986, porque já não há tempo de se fazer mais nada em 1985, na opinião de pessoas que acompanha de perto as negociações. A questão agora é saber como isso será comunicado aos bancos e qual será sua reação.

Quem acompanha de perto as conversas com os bancos, nesta fase três, acha que os entendimentos existentes desde a fase anterior terão de ser prorrogados por três meses, mais uma vez, no fim de agosto. "Não há remédio", disse uma fonte. "Do contrário haveria uma crise muito séria".

A fonte não tem dúvida de que será prorrogado, mas acredita que não será fácil e que diversos bancos estrangeiros de menor porte abandonarão as linhas de depósito interbancário e de crédito comercial. Curiosamente, disse que alguns bancos que não haviam participado da prorrogação anterior (cobrindo junho, julho e agosto) já voltaram atrás. Isso não pode ser confirmado.

Alan Stoga, um economista que foi vice-presidente do First Chicago e agora trabalha com o ex-secretário de Estado, Henry Kissinger, também acha que as consequências de uma recusa de prorrogar os acertos existentes seriam graves demais e que, portanto, os bancos acabarão concordando. Essa é ainda a impressão de um banqueiro norte-americano familiarizado com os problemas dos principais devedores latino-americanos.

De fato, todos recusam pensar o impensável: a possibilidade de que, subitamente, as agências dos bancos brasileiros no Exterior vejam-se abandonadas pelos bancos estrangeiros, como aconteceu em 1982-83. Evidentemente, o Brasil tem reservas para uma

pequena emergência, mas não gostaria de quemá-las. Uma fonte bancária disse que o Banco do Brasil tem sido obrigado a socorrer instituições brasileiras no Exterior. "Mas as suas perdas foram recuperadas pelo próprio Banco do Brasil", disse outro informante.

A ausência de um acordo do governo brasileiro com o FMI, a necessidade de haver nova prorrogação, as medidas de controle dos pagamentos internacionais anunciadas pelo Peru, tudo isso pode forçar os bancos pequenos a cortarem as relações com o Brasil, disse a primeira fonte mencionada. Ele concorda com um técnico do Banco Central para quem o Brasil precisa apenas de uns 75 bancos, de fato, em vez das centenas que participaram dos pacotes anteriores. Mas ele não gostaria de ver muitos bancos pequenos saindo da arena, por medo do efeito que isso pode produzir.

Fonte de um grande banco brasileiro disse ter recebido sondagens de bancos norte-americanos interessados em assumir bankers acceptances (operações de crédito de curto prazo) de outros credores, mediante pequena comissão. A fonte interpretou isso como sinal de que esses bancos sentem que alguns negócios poderão não ser renovados pelos credores originais e vislumbram nisso a oportunidade de realizar um pequeno lucro.

Seria bom, disse um dos informantes, que o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, enviasse aos bancos credores do Brasil uma carta solicitando a prorrogação do prazo por mais 90 dias. Dentro do próprio governo brasileiro há esperança de que se possa acertar com o FMI os pontos de um

programa para o próximo ano e que isso possa ser anunciado antes do final do ano. Assim, o Brasil poderia concluir suas negociações com os bancos privados em torno do pacote plurianual.

A fonte enfatiza que as negociações propriamente ditas com os banqueiros nem sequer começaram. O que houve até agora foram consultas técnicas, disse. O Brasil não está ainda em condições de dizer que volume de relending (reemprestimo) está disponível a autorizar dos fundos depositados pelos bancos privados no Banco Central, observou. As autoridades brasileiras têm o controle da oferta monetária e da alocação de recursos para as diversas empresas e setores da economia. Esse é um dos problemas. Há outras questões difíceis, como a supervisão pelo FMI dos programas econômicos do País durante a vigência do pacote plurianual, como querem os bancos, e a questão do fórum para a solução de disputas entre as partes. Os contratos anteriores com os bancos previam que Nova York seria o fórum, disse a fonte, mas essa é uma questão política sensível para a Nova República.

Alan Stoga acha que o pacote plurianual deve ser um ingrediente indispensável em qualquer estratégia de condução do problema da dívida externa de países como o Brasil. Mas, na sua opinião, não basta. É preciso, afirmou, que os credores fornecam novos recursos a esses países a médio prazo. Isso, reconhece, só poderá ocorrer se esses países tiverem credibilidade, isto é, se demonstrarem disposição de adotar programas coerentes de crescimento não inflacionário e mudança estrutural.

A.M.Pimenta Neves, de Washington.

